

Anexo 1: Sumário dos Observatórios Provinciais da Pobreza

No quadro da preparação do PARPA II foram realizados Observatórios Provinciais da Pobreza, um fórum de consulta onde participaram representantes de Governos Provinciais, as Organizações da Sociedade Civil e os parceiros de cooperação. Sumarizamos as principais intenções apresentadas pelas províncias, considerados como cruciais para redução da pobreza. Estão agrupados nos três pilares estratégicos, nomeadamente Governança, Capital Humano e Desenvolvimento Económico, assim como na abordagem dos assuntos transversais.

No Domínio da Governança

- Melhorar da qualidade dos serviços públicos;
- Reduzir a burocracia e aumentar a transparência na gestão pública;
- Investir nas infra-estruturas prioritárias dos postos administrativos;
- Incentivar a migração de quadros qualificados para os distritos;
- Consolidar a planificação a nível distrital, e operacionalização dos conselhos consultivos distritais;
- Garantir que as várias sensibilidades das províncias sejam incluídas no processo de monitoria do PARPA II;
- Facilitar os procedimentos para aquisição de personalidade jurídica para que as comunidades locais possam usufruir dos benefícios de exploração dos recursos naturais;
- Garantir o correcto funcionamento dos Serviços de Registo Civil para que todos os cidadãos possam beneficiar das facilidades que o registo e o Bilhete de Identidade conferem ao portador;
- Definir indicadores sobre a devolução de responsabilidades e a transferência de atribuições e competências específicas aos órgãos locais do Estado;
- Disseminar a legislação (leis e regulamentos), de modo a tornar conhecidas pelas comunidades rurais no sentido de acautelar conflitos e violação particularmente a Lei de Florestas e Fauna Bravia e a Lei de Terras, e;
- Estabelecer mecanismos de consulta, de modo que os actos e decisões emanados pelos órgãos locais do Estado, e por outras instituições não colidam com o quadro legal estabelecido.

No Domínio do Capital Humano

- Expandir a rede sanitária acompanhada de investimentos na área de infra-estruturas particularmente para as zonas rurais;
- Promover a formação e reciclagem de pessoal técnico sanitário;
- Organizar brigadas médicas ambulantes para assistência periódica às comunidades rurais longe dos centros de saúde com médicos;

- Maior coordenação das acções entre os vários intervenientes temáticos, como o HIV/SIDA, malária e outros de interesse da população;
- Expansão da rede escolar para o interior dos distritos;
- Melhorar o acesso e da qualidade do ensino básico e técnico profissional com observância ao equilíbrio do género;
- Expandir a formação profissional em todas as sedes distritais, virada às condições específicas para o emprego e auto-emprego;
- Incentivar a colocação de professoras exemplares nas zonas rurais, para incentivar a retenção da rapariga nas escolas;
- Expandir as infra-estruturas de abastecimento de água usando sistemas de abastecimento de água sustentáveis e duradouros a baixo custo nos distritos, com ênfase para as represas;
- Melhorar a gestão das fontes de abastecimento de água (capacitação e acompanhamento) e alargar a criação das comissões de gestão onde não existem, e;
- Criar estaleiros de produção de latrinas melhoradas a nível distrital, de modo a melhorar o saneamento.

No Domínio do Desenvolvimento Económico

- Aumentar a disponibilidade de crédito agrário, e assistir os pequenos e médios produtores agro-pecuários e investidores do ramo agro-industrial;
- Criar instituições de crédito rural com vista ao desenvolvimento de micro-finanças e poupanças como forma de dinamizar a economia rural;
- Reactivar as agro-indústrias paralisadas (fábricas de processamento) como fonte de geração de emprego e de riqueza alimentando-as através da produção local de matéria-prima;
- Reactivar a rede comercial rural de modo a criar condições para o acesso das populações rurais aos bens e serviços e facilitar o escoamento da produção;
- Promover o turismo rural na base das riquezas naturais e culturais locais; aproveitando o potencial dos parques (Turismo Sinérgico) e das praias, pelo seu impacto na criação de emprego;
- Disseminar a informação sobre mercados agrícolas a nível provincial;
- Construir pequenos sistemas de regadios e represas para elevação da produção agro-pecuária e conservação de água, de forma a fazer face às secas;
- Aumentar o papel da comercialização agrária com enfoque na criação de feiras agrícolas eliminando os custos de transporte os quais reduzem os rendimentos dos camponeses e a comercialização dos excedentes agrícolas;
- Fomentar culturas estratégicas tolerantes à seca de forma a garantir a segurança alimentar;
- Expandir a cobertura territorial da rede dos transportes e comunicações, com enfoque para as áreas produtivas;

- Construir e reabilitar estradas que garantam a circulação de pessoas e bens e em particular o acesso às zonas de potencial de desenvolvimento agropecuário, e;
- Electrificar as zonas rurais com prioridade para os postos administrativos e expansão da rede de abastecimento de combustíveis às comunidades rurais.

No Domínio dos Assuntos Transversais

- Desenvolver actividades de mitigação de calamidades (cheias e secas); Divulgação de avisos prévios e de prevenção das calamidades;
- Priorizar não só a prevenção do HIV/SIDA, mas também o tratamento dos já infectados, garantindo o tratamento com anti-retrovirais;
- Priorizar a disseminação dos métodos preventivos do HIV/SIDA usando línguas locais nas comunidades;
- Apoiar os idosos, pelo seu papel no cuidado às crianças órfãs de HIV/SIDA que muitas vezes ficam sob sua responsabilidade após a morte dos pais;
- Fomentar a formação vocacional de crianças em situação difícil, nas especialidades de carpintaria, latoaria e construção civil;
- Conceder micro-créditos a mulheres viúvas para projectos de geração de rendimentos nos distritos;
- Desenvolver acções de capacitação às instituições e às comunidades para o desenho e implementação de programas de apoio aos grupos vulneráveis;
- Divulgar tecnologias de produção de energia de baixo custo como forma de reduzir o uso intensivo da floresta e deter a desertificação, e;
- Promover a protecção do ambiente pelos próprios exploradores e comunidades locais, ou seja priorizar a gestão sustentável ambiental criando mecanismos de inspecção ambiental.

Anexo 2: Ligações entre os Pilares do PARPA II e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)

Pilares/Temas do PARPA II	OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILENIO
<p>Macroeconomia e Pobreza</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crescimento macro-económico e estabilidade • Análise da pobreza e sistemas de monitoria • Gestão das finanças públicas 	<p>Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome</p> <p><i>Meta 1: reduzir para metade a proporção de pessoas que vivem na pobreza absoluta até 2015</i></p> <p><i>Meta 2: reduzir para metade a proporção de pessoas que sofre de fome até 2015</i></p>
<p>Governança</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforma do sector público • Descentralização • Reforma da legalidade e justiça 	<p>Objectivo 8: Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento</p> <p><i>Meta 12: continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório, incluindo o compromisso em relação a uma boa governação, ao desenvolvimento e à redução da pobreza, tanto a nível nacional como internacional.</i></p>
<p>Desenvolvimento Económico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sector financeiro • Sector privado • Agricultura e desenvolvimento rural • Infra-estruturas: estradas, telecomunicações, portos e caminhos-de-ferro • Infra-estruturas: energia 	<p>Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome</p> <p><i>Meta 1: reduzir para metade a proporção de pessoas que vivem na pobreza absoluta até 2015</i></p> <p><i>Meta 2: reduzir para metade a proporção de pessoas que sofre de fome até 2015</i></p> <p>Objectivo 8: Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento</p> <p><i>Meta 16: em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e implementar estratégias que proporcionem aos jovens um trabalho digno e produtivo.</i></p> <p><i>Meta 18: em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular os das tecnologias de informação e comunicação</i></p>
<p>Capital Humano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saúde • Educação • Agua e saneamento 	<p>Objectivo 2: Alcançar a educação primária universal</p> <p><i>Meta 3: garantir que todos os rapazes e raparigas concluem o ciclo completo do ensino primário até 2015</i></p> <p>Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil</p> <p><i>Meta 5: reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos até 2015</i></p> <p>Objectivo 5: Melhorar a saúde materna</p> <p><i>Meta 6: reduzir em três quartos o rácio de mortalidade materna até 2015</i></p> <p>Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças</p> <p><i>Meta 8: ter travado e iniciado a inversão da incidência da malária e outras doenças graves até 2015</i></p>

Pilares/Temas do PARPA II	OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILENIO
<p>Assuntos Transversais</p> <ul style="list-style-type: none"> • HIV/SIDA • Género • Meio Ambiente • Ciência e Tecnologia • Segurança Alimentar e Nutricional • Redução do Impacto das Calamidades Naturais • Desminagem • Desenvolvimento Rural 	<p>Objectivo 3: Promover a igualdade do género e autonomização da mulher <i>Meta 4: eliminar a disparidade do género no ensino primário e secundário de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino o mais tardar até 2015</i></p> <p>Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças <i>Meta 7: ter travado e iniciado a inversão do alastramento do HIV/SIDA até 2015</i></p> <p>Objectivo 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental <i>Meta 9: integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a perda de recursos ambientais</i> <i>Meta 10: reduzir para metade até 2015, a proporção de pessoas sem acesso a água potável e saneamento</i> <i>Meta 11: até 2020, ter conseguido uma melhoria significativa no nível de vida dos residentes dos bairros degradados</i></p>

Fonte: Governo da República de Moçambique e PNUD. 2005.

Anexo 3: Matriz de Indicadores Estratégicos

A Matriz de Indicadores Estratégicos (Matriz Estratégica) é o instrumento de monitoria e avaliação dos objectivos, resultados, acções e produtos chave do PARPA II (veja Capítulo X). Adicionalmente, nota-se que os quarenta indicadores sombreados foram seleccionados como indicadores do Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD) 2007 para informar as decisões dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs) sobre os seus compromissos no âmbito do Apoio Geral ao Orçamento do Estado.

INDICADORES GLOBAIS*

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Projectão / Meta 2009
<i>G.1. Reduzir a Pobreza</i> (par. 109)	G.1.1. Taxa de incidência da pobreza (par. 1) [Pobreza e Bem Estar em Moçambique; 3ª Avaliação Nacional]	54% (2003)	45%
	G.1.2. % de crianças menores de cinco anos com baixo peso por idade (par. 215) [Inquérito Demográfico e da Saúde]	24% (2003)	18%
	G.1.3. Índice de Desenvolvimento do Género segundo as metas estabelecidas [Indicador Global do Desenvolvimento do Género e outros relatórios, MPD]	0.3 (2003)	0.4
<i>G.2. Promover o crescimento económico rápido, sustentável e abrangente</i> (par. 109)	G.2.1. Crescimento médio anual no PIB real (Tabela 8) [Quadro Macro, MPD]	7.8% (2002 - 2005)	7.0% (2006 - 2009)
	G.2.2. Crescimento médio anual no PIB real per capita [INE - Anuário Estatístico]	5.3% (2002 - 2005)	4.0% (2006 - 2009)
	G.2.3. Desigualdade (coeficiente de GINI) [IAF]	0.42 (2003)	0.44
<i>G.3. Garantir uma gestão macroeconómica rigorosa</i> (par. 488)	G.3.1. Taxa de inflação, médio anual (Tabela 8) [INE - Anuário Estatístico]	12.3% (2002 - 2005)	< 10% (2006 - 2009)
	G.4.1. % da população com fácil acesso à 1 US, ou seja, reside à menos de 30 minutos (8) [IAF]	36%	45%
<i>G.4. Melhorar a qualidade de prestação dos serviços públicos ao cidadão</i> (par. 282)	G.4.2. Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe – Rapanigas [Estatísticas MEC]	56%	70%
	G.4.3. Grau da "confiança" do público na administração da Justiça (a ser averiguado através do levantamento, conduzido pela UTRESP, com base nas percepções do cidadão)** [UTRESP]	n/d	70%
<i>G.5. Travar a propagação do HIV/SIDA</i> (par. 199)	G.5.1. Nº de novos casos de HIV/SIDA por dia (par. 200) [Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV]	500	350

Nota: *os Indicadores Globais sumarizam os objectivos fundamentais do PARPA II, reconhecendo-se entretanto, que o seu alcance depende dum esforço conjugado entre o Governo, a sociedade civil e os parceiros de cooperação.

**O indicador precisa de um refinamento em virtude da "confiança" ser um conceito relativo.

MACROECONOMIA E POBREZA – ANÁLISE DA POBREZA E SISTEMAS DE MONITORIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
1. Disponibilizar a todos os intervenientes chave informação adequada, exacta, desagregada e atempada sobre a implementação do PARPA (pars. 621 & 622)	1.1. Intervenientes chave bem informados sobre a implementação do PARPA [RAI]	RAI do PARPA I não elaborado	RAI elaborado e publicado com uma avaliação do desempenho em relação aos indicadores do PARPA II	Realização de pelo menos um Observatório da Pobreza Provincial (OPP) em cada província	MPD	1.a. Nº de Províncias com OPP's realizados [Sínteses dos OPP no website do OP e na DNP]	9	10	11	11	11
				Aprovação e Implementação da Estratégia de Comunicação do PARPA II	MPD	1.b. Elaborado e implementado o Plano de Acção [Plano de Acção]	0	X	X	X	X
2. Harmonizar os instrumentos de planeamento, orçamentação e monitoria de curto e médio prazo (par. 621)	2.1. Grau de alinhamento entre os documentos de planeamento, orçamentação e monitoria (PES, BdPES, OE, REO, CGE, CFMP, PARPA II) [Estudo de Avaliação Independente]	Falta de alinhamento	PES, BdPES, OE, PARPA e CFMP julgados alinhados	Desenvolvimento e implementação dum Plano de Acção para o fortalecimento do sistema de M&A do PARPA II	MPD	2.a. Estudo realizado e Plano de Acção Adoptado e em implementação [Plano de Acção]		X			
				Anexo da Matriz Estratégica ao PES e BdPES ao nível central e provincial e a garantia da consistência com o texto	MPD / DNEAP	1.c. Estudos que avaliam o impacto das acções do PARPA na redução da pobreza, realizados e disseminados [Programa da Pesquisa e documentos associados publicados]		X	X	X	X
				Capacitação dos quadros do Governo em todos os níveis de modo a facilitar a produção do PES/OE e do BdPES de uma maneira consistente com as guíões (i.e. orientações e metodologia unificada) divulgada	MPD	2.b. % de indicadores estratégicos integrados no PES e reportados no BdPES [PES e BdPES]			100%	100%	
						2.c. PES/OE e BdPES (central) produzidos de acordo com o guião [PES/OE Nacional]			X	X	X

MACROECONOMIA E POBREZA – GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
3. Melhorar a eficiência e eficácia da gestão das finanças públicas (pars. 289 & 494)	3.1. Despesa agregada como % do OE aprovada [OE]	90%	≥ 95% e ≤ 105% (As mesmas metas para 2007 e 2008)	Alocação dos recursos públicos de acordo com os objectivos do PARPA-II, tomando como referência a alocação para sectores prioritários como indicado no PARPA (Tabela 17)	MF - DNO / MPD - DNP	3.a. Alocação orçamental no CFMP em linha com PARPA II [CFMP e PARPA II]	N/d	X	X	X	X
				Melhoria da Gestão Orçamental e da Tesouraria	MF - DNO / DNCP / DNT	3.b. Alocação no OE em linha com o CFMP [CFMP e OE]	N/d	X	X	X	X
						3.c. Taxas de execução orçamental da despesa corrente nas áreas de Educação e Saúde ≥ taxas de execução geral [REO]		X	X	X	X
						3.d. Taxas de execução orçamental para despesas correntes no nível provincial e distrital no ano n° > T axas no ano n-1 [REO]		X	X	X	X

MACROECONOMIA E POBREZA – GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	
4. Aumentar a abrangência do Orçamento do Estado (pars. 133 & 179)	4.1. % de receitas próprias e consignadas no OE, sobre o total da receita inicial [OE, REO e CGE]	N/d	Por definir	Execução directa do orçamento através do e-SISTAFE.	MF/ Ministérios	3.g. Nº de Ministérios, órgãos do Estado e UGE's [MF]	0	22	25 Ministérios, órgãos e pelo menos 291 UGE's	Por definir	Por definir	
	4.2. % de recursos externos executados pela CUT [Nota técnica do QAD dos PAPs]	N/d	60% (2007); 45% (2008); 55%	Desenvolvimento, ligação ao e-SISTAFE e implementação dos módulos para apoiar a execução eficiente do orçamento	UTRAFE	3.h. Módulos desenvolvidos e implementados [SISTAFE, ABP06-09, revisão anual e-SISTAFE, CF e Revisão Conjunta]			CUF (Payroll), Receitas	Gestão do património [verificar com base no APB]	X	
	5.1. Receitas totais em % do PIB [OE]	14.0%	16.2% (2007); 15.3% (2008); 15.8%	Inclusão das receitas próprias e consignadas no OE	MF - ATM (DGI)	4.a. Valor de cobrança de receitas do ano presente maior que do ano anterior [OE]			X	X	X	X
5. Aumentar progressivamente as receitas internas e alargar a base tributária (pars. 487, 489 & 609)	5.1. Receitas totais em % do PIB [OE]	14.0%	16.2% (2007); 15.3% (2008); 15.8%	Racionalização da concessão e melhoria da gestão de benefícios fiscais	MF - ATM /MPD	5.a. Dados usados para melhoria da gestão dos benefícios concedidos [MF - ATM e MPD]		Sistematização dados sobre benefícios	Estatísticas publicadas	Estatísticas publicadas	Estatísticas publicadas	
				Integração da gestão de sistemas de informação na ATM no contexto do PD/PI aprovado	MF - ATM	5.b. Sistema integrado da gestão de sistemas de informação na ATM no contexto do PD/PI aprovado [ATM]		Elaboração e aprovação PD/PI, no contexto da ATM.	Desenvolvimento do núcleo do sistema integrado da ATM, incluindo da integração da infra-estrutura de TI	Estatísticas publicadas	Gestão integrada das receitas e desenvolvimento do módulo de gestão da cobrança bancária	Sistemas integrados em pleno funcionamento.
				Intensificação das auditorias	MF - ATM	5.c. Aumentado do nº de auditorias e melhoria da qualidade (receita anual recuperada de 0.2% do PIB) [ATM]		Por definir	Por definir	Por definir	Por definir	Por definir

MACROECONOMIA E POBREZA – GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
6. Tornar transparente e eficiente o sistema de aquisições de bens e serviços do Estado (par. 494)	6.1. % de redução de custo de procurement. [Avaliação de impacto]	N/d	Por definir	Criação, orçamentação e por em funcionamento a Unidade de Supervisão de Aquisições Públicas (USAP).	MF - DNPE	6.a. USAP em funcionamento [DNPE - MF]		X			
				Implementação e operacionalização do Sistema de Procurement até ao nível distrital				MF - DNPE			
7. Aumentar a cobertura e eficiência dos órgãos de auditoria interna e externa (pars. 290 & 494)	7.1. % das despesas públicas auditadas pelo SCL. [Relatório Anual de Actividades do SCL]	N/d	Por definir	Aumento do nº de órgãos a nível central e provincial com unidade de controlo interno em funcionamento	IGF	7.a. % de órgãos de nível central e provincial com unidades de controlo interno em funcionamento [Relatório Anual de Actividades do Subsistema de Controlo Interno, SCL]			30	65	100
				Aumento do nº de auditorias financeiras				TA		90	118
	7.2. % das despesas públicas auditadas pelo TA [Relatório Anual de Actividades]	N/d	Por definir			7.b. Nº de relatórios de auditoria financeira aprovados pelo TA [Relatório Anual de Actividades]	68	70	90	118	144

PILAR I – GOVERNAÇÃO – REFORMA DO SECTOR PÚBLICO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
8. Reestruturar e descentralizar as estruturas do Governo para promover eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos (par. 283)	8.1 % do orçamento gerida pelos provinciais, distritos e autarquias [UTRESP]	N/d	Por definir	Término da realização da análise funcional e a preparação dos planos de reestruturação de todos os ministérios, governos provinciais e distritais	CIRESP - UTRESP / ANFP / Instituições Públicas	8. a. Nº de Ministérios com planos de reestruturação em implementação [Ministérios]			7 Ministérios: MIC, MINAG, MISAU, MEC, MAE, MF, MPD		
	9.1 % de execução orçamental nos distritos e nas autarquias [MPD-MAE]	N/d	Por definir	Implementação da estratégia nacional de planificação e finanças descentralizadas	MPD / MF / MAE	9. a. % do orçamento transferido para: - provinciais, - distritos -e autarquias* [OE]			24.0% 3.0% 0.8%	Por definir	Por definir
9. Fortalecer a capacidade institucional dos governos locais (par. 284)	9.2 % de técnicos médios e superiores a nível dos distritos e autarquias [MAE-MPD]	N/d	Por definir		MPD / MAE	9. b. % de distritos com Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (PEDD) e Planos Económicos e Sociais (PES) e Orçamentos Distritais (PESOD) [Distritos]	45%	50%	70%	85%	100%
					MAE	9. c. % de Conselhos Consultivos Distritais operacionais (mínimo 3 reuniões por ano) com prestação de contas do Governo [MAE]	25%	40%	60%	80%	100%
					MPD / MAE	9. d. % de Conselhos Consultivos Distritais operacionais (mínimo 2 reuniões por ano) com prestação de contas do Governo [MPD/MAE]	50%	75%	100%	100%	100%
10. Reformular os processos de prestação de serviços para que sejam mais simples, acessíveis e satisfaçam as necessidades do cliente (par. 285)	10.1. Grau de satisfação dos cidadãos com serviços públicos chave [Inquérito anual implementado pela sociedade civil]	N/d	Por definir	Desenvolvimento da capacidade municipal para recolher receitas	MAE	9. e. % de receitas próprias (em relação ao orçamento anual) por categoria dos 33 municípios: - Vilas - Outras cidades - Capitais [Municípios]	N/d	25% 30% 35%	30% 40% 45%	40% 50% 55%	45% 50% 60%
				Ligação à rede electrónica do Governo de todas as instituições públicas até o distrito	MAE / ANFP / MCT	10. a. Provincias e distritos ligados à rede do Governo** [MAE]			X		

PILARI – GOVERNAÇÃO – REFORMA DO SECTOR PÚBLICO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	
11. Melhorar os sistemas de gestão de recursos humanos (par. 288)	11.1. % de funcionários seniores (categoria >7) com nível de formação requerida para a função [ANFP]	N/d	Por definir	Expansão da cobertura do SIFAP no âmbito da formação dos funcionários públicos.	ANFP	11.a. Nº de graduados nos cursos básicos, médios e superiores por ano desagregados por sexo [ANFP]	médios: 126	médios: 300	básicos: 180 médios: 1197 superior: 352	básicos: 420 médios: 1115 superior: 360	básicos: 840 médios: 1354 superior: 360	
						11.b. Anuário Estatístico sobre funcionários públicos publicado [BdPES, relatórios anuais, semestrais da ANFP, dos Ministérios e províncias]			Censo e CUF	X	X	
					Desenvolvimento e implementação do Sistema de Informação de Pessoal unificado (ANFP, MF e TA)	ANFP	11.c. Sistema de gestão de recursos humanos estabelecido e funcional na ANFP				X	
							[BdPES, relatórios anuais, semestrais da ANFP, dos Ministérios e províncias]					
							11.d. Anuário Estatístico Publicado					
							[BdPES, relatórios anuais, semestrais da ANFP, dos Ministérios e províncias]					
							11.e. % de funcionários integrados na nova política salarial [ANFP/CM]	ANFP / CM			25%	100%
							12.a. Política e estratégia de desenvolvimento autárquico e urbano aprovada [MAE]	MAE / CM				X
							12.b. Política de Descentralização aprovada [MAE/ UTRESP]	UTRESP / CM / MAE			X	
							12.c. Proposta para aumentar o número de autarquias depositada na AR [MAE]	MAE			Legislação dos critérios aprovada pelo CM e depositada na AR	
12. Fortalecer os processos de gestão das políticas públicas (par. 286)		N/d	Por definir	Aprovação e implementação da política salarial e de incentivos em todas as instituições públicas	UTRESP	12.d. Pesquisa Nacional sobre Boa Governação e Corrupção realizada e relatório disseminado [UTRESP]				X		
						Monitoria da percepção do tipo e nível de corrupção ao nível nacional e local						

Nota: *Não inclui operações financeiras nem encargos da dívida no cálculo das metas. O cálculo dessas metas percentuais foi obtido somando as despesas de investimento e de funcionamento de cada unidade territorial, confrontado com a despesa total.
**Metas relevantes e desagregadas poderão ser encontradas na secção dos Assuntos Transversais no domínio da ciência e tecnologia.

PILAR I – GOVERNANÇA – REFORMA DA JUSTIÇA, LEGALIDADE E ORDEM PÚBLICA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	
13. Melhorar o acesso à justiça (par. 292)	13.1. % de casos atendidos pelo serviço de assistência jurídica e judiciária em função do n.º dos assistentes jurídicos disponíveis [MINJ]	N/d	Por definir	Reforma do sistema de assistência jurídica e patrocínio judiciário	MINJ	13.a. Nova lei do IPAJ [MINJ]				X		
						13.b. N.º cumulativo de novos Assistentes jurídicos formados [MINJ]	124	149	174	199	224	
						13.c. N.º cumulativo de delegações distritais do IPAJ em funcionamento [MINJ]	45	60	75	90	105	
13. Melhorar o acesso à justiça (par. 292)				Melhoria do funcionamento dos tribunais comunitários	MINJ	13.d. Nova lei dos tribunais comunitários [MINJ]				X		
						13.e. N.º cumulativo de juízes presidentes dos tribunais comunitários capacitados [MINJ]	0	100	812	1218	1624	
						13.f. N.º cumulativo de novos tribunais comunitários a entrar em funcionamento [MINJ]	1547	1567	1587	1607	1627	
14. Aumentar a eficiência e celeridade na prestação de serviços de justiça (par. 294)	14.1. Quantidade e qualidade da informação estatística e relatórios [Instituições da administração de justiça] 14.2. Grau de "confiança" do público na administração da Justiça (a ser averiguado através de inquéritos independentes)** [UTRESP]	Concepção do plano director	10 subsistemas implementados	Aumento da produtividade dos Tribunais	TS	14.a. N.º de casos julgados por juiz por ano [Estatísticas oficiais do TS]			150	Por definir	Por definir	
						14.b. % de detidos que aguardam julgamento na prisão [MINJ]			35%	30%	30%	
						14.c. Lei sobre Orçamento dos Tribunais [Balanço do PES]				X		
						14.d. N.º de tribunais provinciais (novas construções) [Relatório Anual do TS]	0	0	3	1	2	
						14.e. N.º de tribunais distritais (novas construções) [Relatório Anual do TS]	0	3	9	8	8	
						14.f. N.º cumulativo de magistrados nomeados [Relatório Anual do TS]	186	205	220	235	250	
						14.g. N.º cumulativo de oficiais de justiça [Relatório Anual do TS]	637	697	757	817	877	
						14.h. N.º cumulativo de oficiais de justiça [PGR]		251	281	321	351	
						14.i. Programa de informatização dos cartórios e gestão dos processos [Relatório Anual do TS/BdPES]				X	X	X

PILAR I – GOVERNAÇÃO – REFORMA DA JUSTIÇA, LEGALIDADE E ORDEM PÚBLICA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
				Modernização de serviços do registo e notariado.	MINJ	14.k. Serviços de registos e notariado informatizados - Registo comercial, civil e criminal - Registo predial e automóvel [BdPES Sectorial]		X	X X	X	
				Reforço da capacidade dos serviços de inspeção judicial	CSMJ	14.l. Nº de inspeções efectuadas [CSMJ]	8	0	5	5	5
				Aumento da capacidade de monitoria de modo a monitorizar as actividades, orçamentos, resultados	CCLJ	14.m. Nº de subsistemas (software) de monitoria estabelecidos nas instituições do Sector [CCLJ]	0		3	3	4
				Expansão física da Procuradoria e reforço institucional	PGR	14.n. Nº de Procuradorias provinciais [Relatório Anual da PGR] 14.o. Nº de Procuradorias distritais [Relatório Anual da PGR] 14.p. Nº cumulativo de Procuradores nomeados [Relatório Anual da PGR]		3	3	3	3
		N/d	Por definir	Unificação do sistema prisional	MINJ	15.a. Leis e regulamentos aprovados [MINJ] 15.b. Direcção prisional unificada e em funcionamento [MINJ] 15.c. Plano de reabilitação aprovado, orçamentado e em implementação [MINJ]		X	X	X	X
		Por definir	Por definir	Calendarização da elaboração e previsão de aprovação dos pacotes legislativos	MIINJ	16.a. Calendário elaborado [MINJ]		X			
		Por definir	Por definir	Concepção e aprovação da política nacional sobre direitos humanos do país	MINJ	16.b. Política aprovada [MINJ]				X	
		Por definir	Por definir	Aumento da capacidade institucional na iniciativa de leis	MINJ	16.c. Nº cumulativo de quadros Recrutados [MINJ]	10	20	30	40	50
		Por definir	Por definir	Investigação e desfecho de casos de corrupção	MINJ	16.d. Plano de acção de divulgação das leis elaborado [MINJ]				X	
		N/d	Por definir	Aprovação e implementação da estratégia nacional de combate à corrupção no sector da justiça	TS / PGR	17.a. Plano Nacional de reforço da capacidade e Integridade do Judiciário [TS,PGR]		X	X		
		N/d	Por definir	Investigação e desfecho de casos de corrupção	PGR	17.b. Nº de casos de corrupção: A) Denunciados B) Em investigação C) a- Acusados b- Não acusados (que aguardam produção de melhores provas) c- Arquivados D) Julgados [PGR]					Estadísticas publicadas
<i>15. Reformar o sistema correcional de forma a garantir ao recluso um tratamento consistente com as normas e princípios internacionais dos direitos humanos (par.296)</i>	15.1. Eficiência do sistema correcional melhorada	N/d	Por definir	Unificação do sistema prisional	MINJ	15.a. Leis e regulamentos aprovados [MINJ] 15.b. Direcção prisional unificada e em funcionamento [MINJ] 15.c. Plano de reabilitação aprovado, orçamentado e em implementação [MINJ]		X	X	X	X
<i>16. Tornar a legislação mais adequada ao bom funcionamento da administração da justiça (par.293)</i>	16.1. Por definir	Por definir	Por definir	Calendarização da elaboração e previsão de aprovação dos pacotes legislativos	MIINJ	16.a. Calendário elaborado [MINJ]		X			
		Por definir	Por definir	Concepção e aprovação da política nacional sobre direitos humanos do país	MINJ	16.b. Política aprovada [MINJ]				X	
		Por definir	Por definir	Aumento da capacidade institucional na iniciativa de leis	MINJ	16.c. Nº cumulativo de quadros Recrutados [MINJ]	10	20	30	40	50
		Por definir	Por definir	Investigação e desfecho de casos de corrupção	MINJ	16.d. Plano de acção de divulgação das leis elaborado [MINJ]				X	
<i>17. Reforçar o combate à corrupção (par. 297)</i>	17.1 % de cidadãos que afirmam ter sido vítimas de corrupção nas instituições da justiça (Pesquisa UTRESP)	N/d	Por definir	Aprovação e implementação da estratégia nacional de combate à corrupção no sector da justiça	TS / PGR	17.a. Plano Nacional de reforço da capacidade e Integridade do Judiciário [TS,PGR]		X	X		
		N/d	Por definir	Investigação e desfecho de casos de corrupção	PGR	17.b. Nº de casos de corrupção: A) Denunciados B) Em investigação C) a- Acusados b- Não acusados (que aguardam produção de melhores provas) c- Arquivados D) Julgados [PGR]					Estadísticas publicadas

PILAR I – GOVERNAÇÃO – REFORMA DA JUSTIÇA, LEGALIDADE E ORDEM PÚBLICA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
				Elaboração dos relatórios e pareceres sobre a Contia Geral do Estado (CGE)	TA	17.c. Emitidos os relatórios e o pareceres sobre a CGE [Relatório da CGE]		1	1	1	1
18. Reforçar a prevenção e o combate à criminalidade (par. 299)	Tempo médio entre detenção e a acusação	N/d	Por definir	Prosseguimento da reforma da Polícia de Investigação Criminal	MINT / PGR	18.a. PIC reformada [MINT]		X	X	X	X
				Melhoria da qualidade do serviço da Polícia de Investigação Criminal	MINT / PGR	18.b. % de casos instruídos dentro dos prazos de instrução preparatória [MINT/PGR]			50%	50%	50%
19. Elevar o nível de desempenho das forças policiais (par.301)	19.1. % de cidadãos que afirma confiar na polícia	N/d	Por definir	Procedimento do Registo sistematizado das ocorrências	MINT / PGR	18.c. Registo sistematizado das ocorrências [MINT]		X	X	X	X
				Elevação da operatividade da PRM	MINT	19.a. % de processos crimes esclarecidos [MINT]	73%	73%	74%	74%	75%

Nota: * A meta deste indicador obtém-se dividindo o número total de sentenças de todos os tribunais judiciais de província pelo número de magistrados afectos nestas instancias.

**O indicador precisa de um refinamento em virtude da "confiança" ser um conceito relativo.

PILAR II – CAPITAL HUMANO – SAÚDE

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
20. Reduzir a mortalidade infanto-juvenil (par. 428)	20.1. Taxa de mortalidade infanto-juvenil [IDS]	178 por mil (2003)	140 por mil	Reforço das actividades do PAV, e principalmente a componente das brigadas móveis	MISAU - DNS	20 a. Taxa de cobertura com DPT3 e Hb em crianças aos 0-12 meses [SIMF]	95%	95%	95%	95%	95%
				Reforço e expansão da Vigilância Nutricional	MISAU - DNS	20 b. % de crianças de menos de um ano de idade totalmente imunizadas [PAV]	44%	55%	65%	80%	90% e pelo menos 80% em todos os distritos
				Expansão do n.º de US's que implementam a estratégia AIDI (Atenção Integrada às Doenças da Infância) ao nível primário e secundário	MISAU - DNS	20 c. N.º de postos sentinelas estabelecidos e em funcionamento [Programa de Nutrição]	0	6	42	74	
					MISAU - DNS	20 d. % de US de nível primário em que a estratégia AIDI está implementada [Saúde Infantil]	60%	65%	70%	80%	
21. Reduzir a taxa de mortalidade materna (par. 426)	21.1. Taxa de mortalidade materna [IDS]	408 por 100000 (2003)	340 por 100000	Realização de campanhas de educação, disseminação da informação, sensibilização dos líderes comunitários e outras pessoas com poder de decisão, de maneira a aumentar a procura de cuidados obstétricos	MISAU - DNS	21 a. Taxa de cobertura de partos institucionais [SIMF]	49%	51%	52%	53%	56% (pelo menos 45% em todos os distritos)
				Sensibilização e colaboração com a comunidade e ONG's para a construção de casas de mãe espera em todas as US de referência das sedes distritais, e para gestão de bicicletas-ambulâncias	MISAU - DNS	21 b. % das US de referência localizadas nas sedes distritais em que existe uma casa de mãe espera [Saúde reprodutiva]	15%	30%	60%	90%	
				Aumento do nº de US's que prestam Cuidados Obstétricos Essenciais Básicos	MISAU - DNS	21 c. N.º de US por 500 000 habitantes que prestam Serviços Obstétricos Essenciais Básicos (2) [Saúde reprodutiva]	1.23	1.6	1.9	2.6	
				Aumento do uso de redes mosquiteiras e insecticidas	MISAU - DNS	22 a. % da população que beneficia de pulverizações intra-domiciliárias [Programa de Malária]	18%	25%	40%	45%	
22. Reduzir o peso da malária, sobretudo nos grupos mais vulneráveis (par. 432)	22.1. Taxa de incidência de malária em crianças menores de 5 anos de idade [Gabinete de Epidemiologia]	55 por 10000 (2001)	44 por 10000		MISAU - DNS	22 b. % de mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos que possuem pelo menos uma REMTI em cada distrito sem pulverização [Programa da Malária]	18%	41%	≥95%	≥95%	≥95%
				Administração do Tratamento Intermittente Preventivo nas consultas pré-natais e brigadas móveis	MISAU - DNS	22 c. % de mulheres grávidas que recebem pelo menos uma dose de TIP dentre as utentes da consulta pré-natal [Programa da Malária]	0%	50%	60%	70%	≥80%

PILAR II – CAPITAL HUMANO – SAÚDE

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	
23. Reduzir o risco de transmissão vertical do HIV de mãe para a criança (pars. 427 & 449)	23.1. % de mulheres grávidas HIV+ que recebem tratamento de profilaxia completa nos últimos 12 meses [Programa PTV]	5%	22%	Aumento do nº de US's que prestam serviços de PTV	MISAU - DNS	23. a. Nº de US's com PTV expandido [Programa PTV]	96	200	250	258	307	
	24.1. % de pessoas elegíveis para o tratamento que recebem o TARV (terapia anti-retroviral) combinado segundo os protocolos nacionais [Programa HIV/SIDA]	1.5%	39%	Aumento da capacidade Nacional para o diagnóstico e tratamento da SIDA	MISAU - DNS	24. a. Nº de US com capacidade para administrar o TARV [Programa HIV/SIDA] 24. b. Nº total de pessoas que beneficiam de TARV (4) [Programa HIV/SIDA] 24. c. Nº de crianças que beneficiam do TARV pediátrico [Programa HIV/SIDA]	32 15900 1686	112 57950 3686	112 96420 11820	129 132280 20826	129 165000 30000	Por definir 165000 30000
25. Reduzir a taxa de incidência de HIV nos jovens 15 - 24 (5) (par. 449)	25.1 Taxa de prevalência nos jovens de 15-19 anos [Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV]	5.4%	4.2%	Expansão da rede de Serviços Amigos de Adolescentes e Jovens (SAAJ) para as US mais periféricas	MISAU - DNS	25. a. Nº de US com SAAJ [Programa SEA]						350 (6)
	25.2. Taxa de prevalência nos jovens de 20-24 anos [Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV]	13.9%	10.4%	Expansão do número de SAAJ's com capacidade para oferecer serviços de Aconselhamento e Testagem em Saúde	MISAU - DNS	25. b. Nº de SAAJ's com serviços ATS [Programa SEA]	150	200	250	300	300	150 (6)
26. Reduzir a iniquidade no acesso e consumo de serviços de saúde de qualidade (par. 103)	26.1. % da população com fácil acesso à I US, ou seja, reside à menos de 30 minutos (7) [IAF]	36%	45%	Reabilitação, refuncionalização e construção das novas US's na rede primária e secundária	MISAU - GACOPI	26. a. Nº das US's da rede primária e secundária reabilitadas, refuncionalizadas, promovidas ou construídas [Programa SEA]	33	70	105	141	178 (8)	
	26.2. Rácio de consultas externas por habitante entre os distritos rurais e urbanos (9) [MISAU-DPC]	1; 1,64	1; 1,2	Expansão do acesso aos cuidados de saúde	MISAU - DPC	26. b. Consultas externas por habitante [Balanço do PES]	1.01	1.05	1.1	1.15	1.2	
	26.3. % das US's de nível I e II que funcionam com recursos básicos [Relatório DAM/DPC 2007]	Por definir (10)	Por definir (10)	Formação, colocação e manutenção do pessoal nas US's de nível I e II, de acordo com o quadro tipo Equipamento das US's de nível I e II, de acordo com a carga tipo	MISAU - DRH MISAU - DNS	26. c. % de US's de nível I e II que funcionam com o quadro tipo de pessoal [Relatório Anual DAM/DPC] 26. d. % das US's de nível I e II que obedecem a carga tipo [Relatório Anual DAM/DPC]	N/d N/d	N/d N/d	Por definir (10) Por definir (10)	Por definir (10) Por definir (10)	Por definir (10) Por definir (10)	

PILAR II – CAPITAL HUMANO – SAÚDE

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
				Equipamento das US's de nível I e II com serviços básicos (em particular água e energia)	MISAU - DNS	26.e. % das US's de nível I e II equipadas com serviços básicos (esp. água e energia) [Relatório Anual DAM/DPC]	N/d	10%	30%	50%	70%

Nota: (1) Uma das grandes preocupações do sector em relação a malária tem sido o facto de que muitas crianças não são tratadas de acordos com as normas de tratamento estabelecidas ao nível nacional, e por isso um dos objectivos do programa da malária é reverter. (2) Este representa um indicador de funcionamento das Unidades Sanitárias, e não apenas dos serviços que existem. A meta para 2009 foi definida com vista a alcançar um montante de 4 por 500.000 habitantes em 2015, de acordo com as recomendações da OMS. (3) Este indicador é fundamental para o sector e a meta será definida até o final de 2007, no âmbito da Estratégia de Combate a Malária do Sector. (4) Esse indicador agrega também o número de crianças referidas no indicador imediatamente abaixo. (5) O texto do PARPA II inclui jovens 15-19 anos (par.449). Entretanto, para a matriz estratégica, foi decidido escolher um grupo alvo mais abrangente, nomeadamente os jovens 15-24 anos. Além disso, a taxa de prevalência é utilizada como um proxy para para medir a taxa de incidência. (6) As metas escolhidas no âmbito do HIV/SIDA, provem do PEN/SIDA 2004-2008. Entretanto, seguindo a reunião nacional de reflexão sobre o HIV/SIDA que decorreu em Março 2006, o sector prevê que estas metas ainda poderão alterar. (7) Sub-entende-se que são 30 minutos a pé. (8) Foram considerados distritos urbanos as capitais provinciais. Os Hospitais Provinciais foram excluídos do cálculo, para evitar distorções nos resultados. (9) Montante cumulativo. Meta para 2009 provem do Programa Quinquenal do Governo. Entretanto, esta poderá ser revista em função no novo Plano Integrado de Desenvolvimento da Rede Sanitária a ser elaborado pelo sector em 2007. (10) Para definir os valores de base no que diz respeito a % de US que funcionam com recursos básicos, assim como a % de US que obedecem a carga e quadro tipo de pessoal, um inquérito será realizado no I Semestre de 2007 e uma base de dados criada. As metas para os anos seguintes serão definidas com base nos resultados deste inquérito, dando prioridade ao nível primário.

PILAR II – CAPITAL HUMANO – EDUCAÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
27. Reduzir a taxa de analfabetismo (par. 398)	27.1. Taxa de Analfabetismo [Censo e Inquéritos]	53% (2004)	43%	Implementação da Estratégia de alfabetização e Educação de Adultos, Alfabetização com recurso à rádio	MEC	27.a. N.º de adultos que concluem o curso de Alfabetização [MEC]	132800	150000	220000	370000	630000
	28.1. Taxa líquida de escolarização EP (1+2) - Total [Estatísticas MEC]	83%	93%	Construção de escolas a nas comunidades	MEC	28.a. N.º de novas salas construídas para escolas [Estatísticas MEC]	700	1700	1425	3300	3500
	28.2. Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe - Raparigas [Estatísticas MEC]	56%	80% (2007: 67%; 2008: 73%)	Recrutamento de professoras	MEC	28.b. % de professoras contratadas anualmente [Estatísticas MEC]	36%	36%	37%	39%	41%
	28.3. Taxa de conclusão EP2 - Raparigas [Estatísticas MEC]	28%	50% (2007: 27%; 2008: 40%)	Distribuição do livro escolar EP	MEC	28.c. Livros por aluno e por disciplina [Estatísticas MEC]	n/d	1	1	1	1
	28.4. Rácio alunos por professor no EPI [Estatísticas MEC]	74	67 (2007: 71; 2008: 69)	Aumento da proporção de professores com formação pedagógica	MEC	28.d. % de novos professores contratados com formação inicial [Estatísticas MEC]	n/d	57%	65%	70%	75%
28. Garantir a escolarização universal de qualidade (par. 400)	28.4. Rácio alunos por professor no EPI [Estatísticas MEC]	74	67 (2007: 71; 2008: 69)	Contratação de novos professores	MEC	28.e. N.º de novos professores contratados [Estatísticas MEC]	4000	7500	10000	10000	10000
	28.5. Taxa bruta de escolarização no ESI profissionalizante [Estatísticas MEC]	21%	30%	Redução de professores a leccionar 2 turnos no EPI	MEC	28.f. % de professores a leccionar 2 turnos no EPI [Estatísticas MEC]	49%	46%	42%	39%	35%
				Revisão e implementação da Estratégia do Ensino Secundário	MEC	28.g. Estratégia revista e implementada a partir de 2007 [Estratégia do Ensino Secundário e Balanço do PES sectorial]			X	X	X

PILAR II – CAPITAL HUMANO – ACCÃO SOCIAL

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
35. Proteger e atender os grupos populacionais em situação de vulnerabilidade (crianças, mulheres, pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas) (pars. 463, 465, 467 e 469)	35.1. Nº de pessoas em situação de vulnerabilidade beneficiando dos programas de Protecção Social [Relatórios periódicos do PES/OE com dados desagregados por Programa e Grupo Alvo]	N/d	851337 (Cumulativo, 2006 - 2009)	Implementação e expansão dos programas de Protecção Social (Apoio Social Directo, Subsídio de Alimentos, Benefício Social Pelo Trabalho, Programa de Geração de Rendimentos, Programa de assistência institucional à Criança, pessoa idosa e Pessoa portadora de deficiência)	DPMAS / INAS	35.a. Nº de crianças, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres chefes de agregado familiar beneficiando de programas de protecção social [Relatórios periódicos do PES com dados desagregados por programa e grupo alvo]	N/d	156700	120437	279800	294400
	35.2. Nº de crianças vulneráveis recebendo assistência [Relatórios periódicos do PES/OE - MMAS]	564	1784	Localização e integração das crianças em situação de vulnerabilidade junto das suas famílias ou em famílias substitutas	DPMAS / INAS / OSCs	35.b. Nº de crianças reintegradas em famílias [Relatórios periódicos do PES/OE - MMAS]	564	400	250	270	300
	35.3. Nº de pessoas portadoras de deficiência vulneráveis recebendo assistência em meios de compensação [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	1105	30%	Prestação de assistência às crianças e famílias que integram crianças em situação de vulnerabilidade.	DPMAS / INAS	35.c. % de Crianças recebendo assistência: Saúde, Educação, Apoio Legal (registro de nascimento), Apoio Financeiro, Apoio psicossocial, Apoio Alimentar e Nutricional [Relatórios anuais de MMAS]	10%	15%	20%	25%	30%
	35.4. Nº de pessoas desamparadas (crianças, pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas) beneficiando do atendimento institucional [Períodos do PES/OE - MMAS]	597	8485	Atribuição de meios de compensação às pessoas portadoras de deficiência sem recursos próprios para adquiri-los	DPMAS / INAS / OSCs	35.d. Nº de pessoas portadoras de deficiência que foram atribuídas meios de compensação [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	1105	1380	1650	1980	2370
	35.5. Nº de pessoas desamparadas (crianças, pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas) beneficiando do atendimento institucional [Períodos do PES/OE - MMAS]	242	2127	Atendimento às pessoas portadoras de deficiência em centros de transito.	MMAS / INAS	35.e. Nº pessoas portadoras de deficiência atendidas em centros de transito [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	597	350	380	400	400
	35.6. Nº de pessoas desamparadas (crianças, pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas) beneficiando do atendimento institucional [Períodos do PES/OE - MMAS]	858	2172	Atendimento às pessoas portadoras de deficiência em instituições de ensino especial.	DPMAS / INAS / DPEC	35.f. Nº de pessoas portadoras de deficiência atendidas em instituições de ensino especial [Relatórios periódicos do PES -MMAS]	242	470	470	470	520
	35.7. Nº de pessoas desamparadas (crianças, pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas) beneficiando do atendimento institucional [Períodos do PES/OE - MMAS]	2190	3178	Atendimento às pessoas idosas em centros de apoio à velhice	DPMAS / INAS / OSCs	35.g. Nº de pessoas idosas atendidas em centros de apoio à velhice [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	858	610	600	580	530
	35.8. Nº de pessoas desamparadas (crianças, pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas) beneficiando do atendimento institucional [Períodos do PES/OE - MMAS]	2190	9290	Atendimento às crianças desamparadas em infantários	DPMAS / INAS / OSCs	35.h. Nº de crianças desamparadas atendidas em infantários [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	2190	1850	1800	1750	1700

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – SECTOR FINANCEIRO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	
36. Reforçar a supervisão do sistema financeiro para minimizar os riscos de crises financeiras e crimes financeiros (par. 500)	36.1 Crédito ao sector privado como % do PIB [BM]	13,9%	Por definir	Inspeção on-site e off-site e produção de relatórios pelo BM	BM	36 a. % dos bancos cumprindo as normas e as IAS/IFRS [BM]		Aprovação através do regulamento do Banco Central e aplicação de normas prudenciais e formato de produção de relatórios	100%	100%	100%	
	36.2. Evitado o uso do sistema bancário para transacções ilícitas; um sistema bancário transparente com elevada responsabilidade e deontologia [BM]	Existência da Lei 7/2002 - sobre a lavagem de dinheiro	Ocorrência de transacções ilegais através do sistema financeiro minimizada	Controlo eficaz dos limites reguladores (cf. Lei Cambial) bem como o propósito e objectivo dos fundos a serem transfectados nas transacções	BM	36.b. Controlo dos limites e finalidades das transacções financeiras conforme fixado na Lei [BM]		X	X	X		
37. Melhorar o sector de seguros e protecção social (par. 503)	37.1. Sector de seguros competitivo, transparente e que cumpria com os padrões internacionais [IGS]	Diplomas legais a serem aprovados	Aprovados todos os diplomas legais previstos na Matriz	Elaboração dos procedimentos de inspecção virados para lavagem de dinheiro e medidas adequadas tomadas com base nos relatórios de inspecção	BM	36.c. Aprovação e implementação dos procedimentos [BM]	Plano de formação de inspectores em questões de lavagem de dinheiro		Aprovação de procedimentos	Implementação	Implementação	
	37.2. Sustentabilidade do sistema de segurança social garantida [INSS]	Concurso para a seleção dos consultores para a realização do estudo actuarial e fortalecimento do sistema	Lei de protecção social implementada	Realização do estudo actuarial e desenho da estratégia de investimentos e elaboração de diplomas regulamentares	INSS	37.a. Submissão ao Conselho de Ministros / Parlamento [Publicações em BR]		Seleção e recrutamento da empresa de consultoria	Revisão do regime de garantias financeiras. Regulamento sobre os fundos de pensões privados	Plano de transição de IFRS & proposta de lei do contrato de seguro	Implementação das recomendações do estudo actuarial e da estratégia de investimento	Implementação
				Alargamento da Cobertura a outras categorias de trabalhadores inscritos no Sistema de Segurança do leque de benefícios (âmbito material)	INSS / MITRAB	37.b. Estudo concluído estratégia de investimento em implementações, regulamentos em vigor e recomendações implementadas. Relatório do estudo actuarial periódico e de avaliação do grau de implementação. [INSS]	Preparação do concurso e fim da estratégia de implementação 200-2005	Lançamento do concurso e selecção de consultores	Realização do estudo actuarial e elaboração da estratégia de investimento	14.20%	14.20%	14.20%
						37.c. % de crescimento em termos de nº de novos trabalhadores inscritos no Sistema de Segurança do leque de benefícios [Relatório Anual do INSS]	58.77%	14.20%	14.20%	14.20%	14.20%	

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – SECTOR PRIVADO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
38. Melhorar o ambiente de negócios (par. 495)	38.1. Doing Business Ranking [Relatório Anual do Banco Mundial]	110	70	Simplificação dos procedimentos para se começar um negócio	MINI/ MIC	38.a. Nº de dias para se começar um negócio [Relatório Anual do Banco Mundial "Doing Business Annual Report"]	153	100	60	40	30
				Simplificação do sistema de licenciamento de actividades económicas nos Ministérios	MIC (Grupo Inter-Ministerial)	38.b. % de procedimentos simplificados [MIC - GASP e Grupo Interministerial]	25%	50%	75%	Todos	
				Criação de uma inspeção geral	MIC/ outros Ministérios	38.c. Participação nas multas eliminada [MIC/ outros Ministérios]			X		
				A adopção e adaptação de normas internacionais (ISO) e regionais de acordo com as necessidades do sector privado	INNOQ/ Sector Privado	38.d. Normas aprovadas [INNOQ]	30 (cumulativo)	38	48	68	
39. Criar o emprego (par. 556 e 497)	39.1. Nº de empregados no sector formal [MITRAB]	570000	900000	Simplificação dos procedimentos para fazer uma importação e exportação	CSTA/ Banca/ Ministérios/ IPEX	38.e. Nº de dias [Doing Business]	41 (importações e exportações)	35	25	20	15
				Aprovação e implementação duma Lei de trabalho flexível	MITRAB	39.a. Custo da contratação e despedimento dos trabalhadores* [Doing Business Posição]	113	113	80	30	
40. Aumentar a participação do empresarial no sector de Recursos Minerais (par. 550)	40.1. Nº de operadores privados nacionais no sector mineiro [MIREM]	390	1000	Realização de estudos geológicos	MIREM	40.a. Nº de estudos [MIREM]	N/d	Por definir	Por definir	Por definir	Por definir
				Formação de operadores mineiros nacionais	MIREM	40.b. Nº cumulativo de operadores mineiros nacionais treinados [MIREM]	2	12	17	22	27
				Aumento do numero de contratos	MIREM	40.c. Nº cumulativo de contratos negociados de novos blocos [MIREM]	2	6	8	9	10
41. Desenvolver e posicionar Moçambique como destino turístico de classe mundial (par. 547)	41.1. Nº de noites passadas em Moçambique [MITUR]	N/d	Por definir	Promoção de negócios locais através de concessão de fundos locais, demarcação de terras comunitárias, estabelecimentos de infra-estruturas mínimas e mecanismos de gestão	MITUR	41.a. % de empresas locais nas principais áreas do turismo		Estabelecimento de mecanismos de gestão de fundos para apoio as comunidades nas ACTFs e Plano de turismo	Estabelecimento de infra-estruturas nas ACTF's. (30%). Demarcação (5%)	Criação e Concessão de fundos para projectos ecoturísticos e afins nas ACTF's (20%)	Concessão de fundos de fundos (10%)
				Reabilitação e reorganização das áreas de conservação do país	MITUR/ MICOA	41.b. Reabilitada e reorganizadas [MITUR/MICOA]		X	X	X	X

Nota: *Depende da aprovação da lei.

PIAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – SECTOR PRIVADO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
42. Pesca Artesanal: Melhorar o nível de vida das comunidades pesqueiras e gerir a exploração sustentável dos recursos (par. 542)	42.1. Nível de abastecimento do mercado interno com o pescado nacional em toneladas [IDPPE]	100 mil	115 mil	Criação e/ou reabilitação das infra-estruturas de apoio	IDPPE	42.a. Nº de fábricas de gelo construídas [IDPPE]		3	1	1	1
								4	1	1	1
43. Pesca Comercial: Melhorar a competitividade e sustentabilidade da pesca comercial (par. 544)	43.1. Valor das exportações em milhões de USD [IDPPE]	90	115	Experiência e divulgação de técnicas melhoradas de conservação e processamento de pescado artesanal	IDPPE	42.c. Reabilitado o Porto de Pesca de Angoche e Beira [IDPPE]		25	25	25	25
44. Criar o emprego (par. 556 e 497)	44.1. Nº de empregados totais no sector formal [Inquérito MITRAB]	1800	14300	Incentivo à distribuição e comercialização de pescado e de insumos de pesca	IDPPE	43.b. Mercados de peixe construídos /reabilitados [IDPPE]	0	3	1	1	0
44. Criar o emprego (par. 556 e 497)	44.1. Nº de empregados totais no sector formal [Inquérito MITRAB]	1800	14300	Disseminação de informação sobre os mercados de pescado e de insumos de pesca	IDPPE	43.c. Divulgada informação comercial expandida dos actuais 13 distritos para 25 [IDPPE]	13	16	19	22	25
44. Criar o emprego (par. 556 e 497)	44.1. Nº de empregados totais no sector formal [Inquérito MITRAB]	1800	14300	Expansão das áreas de aquacultura (camarão e algas)	MP - DAQ / Sector privado	43.d. O volume das exportações de aquacultura comercial crescendo das actuais 630 para 2.000 toneladas anuais [IDPPE]	630	800	1000	1500	2000
44. Criar o emprego (par. 556 e 497)	44.1. Nº de empregados totais no sector formal [Inquérito MITRAB]	1800	14300	Formações viradas para o auto-emprego	MITRAB	44.a. Nº de formados cada ano [MITRAB]	2500	2500	2500	2500	2500
44. Criar o emprego (par. 556 e 497)	44.1. Nº de empregados totais no sector formal [Inquérito MITRAB]	1800	14300	Regulamentação e submissão da Lei do Trabalho	MITRAB	44.b. Anteprojecto submetido [Anteprojecto de reforma da lei]		X			

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – AGRICULTURA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
45. <i>Aumentar o acesso a tecnologias e a informação de extensão</i> (par. 531)	45.1. % de explorações assistidas que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia [TIA]	28%	36%	Divulgação e disseminação das tecnologias agrárias	MINAG - Extensão Agrária	45.a. N° cumulativo total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão, incluindo subcontratação. [REL]	177000	193500	222300	258300	500700
46. <i>Promover a construção e reabilitação das infra-estruturas agrárias</i> (par. 531)	46.1. % de explorações agrárias que usam técnicas de rega [TIA]	6%	8%	Avaliação, geração e transferência das tecnologias agrárias adaptadas as diferentes zonas agro-ecológicas Construção e reabilitação de infra-estruturas de captação de água para o sector agrícola	MINAG - IIAM (Investigação) MINAG - Serviços Agrários	45.b. N° de variedades de culturas novas libertas [REL] 46.a. N° de novos ha de regadio reabilitados com fundos públicos e colocados sob gestão dos beneficiários [REL]	2500	3200	4000	3 400	3 000
47. <i>Aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos pecuários</i> (p. 531)	47.1. % de explorações agrárias que utilizam pelo menos um insumo pecuário (vacinação) [TIA]	3%	4%	Realização de campanhas de sanidade animal	MINAG - Autoridade veterinária	47.a. N° cumulativo de vacinações contra Newcastle [REL]	1988000	2300000	2700000	3100000	3600000
48. <i>Melhorar o acesso a informação e mercados agrários</i> (par. 531)	48.1. % de explorações agrárias com acesso a informação sobre preço de mercados via rádio [TIA] 48.2. % de explorações agrárias com pelo menos um membro associado [TIA]	30%	38%	Promoção dum serviço de informação sobre oportunidades de mercado	MINAG - Direcção de Economia	48.a. N° cumulativo de horas de programa de rádio difundindo informações de mercado [REL]	87	130	173	173	173
49. <i>Promover o desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor</i> (par. 531)	49.1. Valor das exportações agrárias (caju, algodão e açúcar (milhões de USD) [REL] 49.2. % de explorações agrárias com pelo menos um membro associado [TIA]	6%	7%	Apoio e capacitação de organizações de produtores	MINAG - Serviços Agrários	48.b. N° cumulativo de associações de produtores assistidos pelo MINAG, incluindo outsourcing [REL]	2476	2550	2700	3050	4250
50. <i>Melhorar o acesso das comunidades aos recursos naturais de forma equitativa para o uso e gestão sustentável</i> (par. 533)	50.1. % de explorações agrárias com prova documental de ocupação [MINAG]	95.5	110	Estabelecimento do quadro de padrões de qualidade e normas de certificação sanitária e fitossanitária para um mercado competitivo	MINAG - Departamento de Sanidade Vegetal e Animal / MIC - INNOQ	49.a. N° de licenças e certificados sanitários e fitossanitários emitidos [REL] 50.b. N° de comunidades locais delimitadas e registradas no atlas cadastral [REL]	2000	2500	3000	5000	7000
51. <i>Melhorar a fiscalização da exploração dos recursos naturais</i> (par. 533)	51.1. N° de transgressões florestais e faunísticas reduzido [MINAG]	1.20%	1.70%	Inventariação, mapeamento cadastral da ocupação, uso e aproveitamento da terra	MINAG - Terras e Florestas	50.a. % de processos tramitados e registados em 90 dias [MINAG] 50.b. N° de comunidades locais delimitadas e registradas no atlas cadastral [REL]	78%	85%	90%	95%	99%
		1100	660	Fiscalização do cumprimento da legislação sobre recursos naturais	MINAG - Terras e Florestas	51.a. Área média coberta por fiscal [REL]	1128	1128	1128	806	627

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – INFRAESTRUTURAS – ESTRADAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
52. Melhorar a transitabilidade (par. 570)	52.1. % de estradas em condições boas e razoáveis* [Relatório da ANE]	71%	78% (2007: 76%; 2008: 77%)	Reabilitação e manutenção da rede nacional de estradas	MOPH	52. a. % de Km de estradas [Relatório da ANE]	71%	75%	76%	77%	78%

Nota: * Boa condição = pode circular a 80km/h em segurança; condição razoável = pode circular a 40-50km/h em segurança.

PILAR III – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – INFRAESTRUTURAS – ENERGIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
53. Melhoramento da produtividade no sector de energia	53.1. Redução de Perdas de Distribuição [ME]	Falta dum sistema de monitorização	Um sistema de monitorização eficaz incluindo recursos alocados	Elaboração: de plano operacional, do regulamento e programas de monitoria aos operadores (CENELEC operacional)	CENELEC / ME	53. a. Relatórios sobre a eficiência dos operadores do sector e avaliação do CENELEC [ME]	Reestruturação do CENELEC	Plano finalizando para operacionalizar CENELEC	Avaliação do cumprimento do contrato de EDM pelo CENELEC	Avaliação do cumprimento do contrato de EDM pelo CENELEC	Avaliação a eficiência de EDM e de CENELEC
54. Expansão dos serviços de energia para uso doméstico	54.1. % de pessoas com acesso sustentável aos serviços de energia moderna [ME]	7%	10%	Expansão da rede nacional	EDM / ME	54. a. N.º de novas pessoas conectadas a rede [ME]	302218	319136	400000	600000	800000
55. Expansão dos serviços de energia para saúde e educação	55.1. N.º de novas instituições com acesso sustentável aos serviços de energia moderna fora da rede [ME]	Projectado Piloto, lançado o concurso para implementação do projecto	500	Análise da estrutura tarifária existente, subsídios, políticas e opções com vista a promoção do interesse dos investidores, redução de custos e implementação dum sistema de manutenção	FUNAE / ME	55. a. N.º de hospitais e escolas que possuem acesso aos serviços de energia moderna, e com contratos de manutenção para as sistemas isoladas [ME]	100	200	300	400	500

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – GÉNERO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
56. Promover a igualdade de Género e fortalecimento do poder da mulher (pars. 192 e 193)	56.1. Género integrado no processo de planificação [PES, BdPES]	0%	100%	Submissão da política do género e estratégia de implementação à AR para aprovação	MMAS	56.a. Política do Género aprovada por Lei [Boletim da Republica]	Política e estratégia não aprovadas	X			
				Elaboração e aprovação do Regulamento da Lei da Política do Género	MMAS	56.b. Regulamento aprovado pelo CM [Boletim da Republica]	Regulamento não elaborado	X			
				Elaboração de estratégias sectoriais do género	Ministérios identificados (em coordenação com MMAS)	56.c. Estratégias elaboradas [PES sectorial e avaliação conjunta do Ministério e MMAS]			MINT, MINI, MAE e MPD	MOPH, MF e MITRAB	
	Inclusão no PES/OE e BdPES dos assuntos de género identificados no PARPA				Ministérios identificados (em coordenação com MMAS e MPD)	56.d. PES/OE e BdPES reflectindo as acções, orçamentos e progressos no âmbito do género. [BdPES/OE sectorial e avaliação conjunta do MMAS]			MMAS, MISAU, MEC, MINAG, MINT, MOPH, MPD, MAE		

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – HIV/SIDA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
57. Reforçar as capacidades de gestão e de coordenação e envolver toda a sociedade no combate ao epidemia (par. 200)	57.1. Índice Compositivo da resposta nacional [Sistema de M&A da Resposta Nacional]	82%	95%	Apoyo aos sectores a elaborar e implementar planos de combate ao HIV/SIDA dentro do sector	CNCS	57.a. % das OSC e instituições do sector público e privado formadas na gestão de programas direccionados ao combate ao HIV/SIDA [Dados do CNCS]	N/d	30%	55%	75%	90%
58. Reduzir o Estigma e Discriminação ligados ao HIV/SIDA	58.1. % de pessoas de 15 a 49 anos que expressam aceitar atitudes para com pessoas vivendo com HIV/SIDA [INE/IDS]	8% das mulheres (entre 15 e 49 anos) e 16% dos homens (entre 15 e 49 anos)	60%	Implementação da estratégia nacional de comunicação do CNCS	CNCS	58.a. Por definir	Por definir	Por definir	Por definir	Por definir	Por definir

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – HIV/SIDA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
59. Prevenir a transmissão do HIV (pars. 193 & 449)	59.1. % de jovens de 15 a 24 anos que são sexualmente activos e reportam ter usado preservativo no último contacto sexual com um parceiro irregular [INE/IDS]	29% mulheres jovens (entre 15 e 24 anos) e 32% dos homens jovens (entre 15 e 24 anos)	60%	Distribuição de preservativos, implementação da estratégia nacional de comunicação do CNCS e expansão dos serviços de prevenção da transmissão vertical	CNCS/MISAU	59 a. % (e número) de mulheres grávidas HIV positiva que recebem tratamento de profilaxia completa nos últimos 12 meses para reduzir o risco de transmissão vertical de mãe para filho [MISAU]	5% (7297)	10% (16500)	13% (22500)	17% (30400)	22% (42000)
60. Melhorar a qualidade de vida das pessoas infectadas e afectadas (par. 200)	60.1. Rácio de crianças órfãs (6 - 17 anos) e não órfãs no ensino escolar [Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS)]	0,8	1	Garantia de suporte material, nutricional, moral, psicossocial aos COV's	CNCS / MMAS	60 a. % de COV's abrangidos pelo Plano de Acção para as COV's com acesso a pelo menos três serviços básicos nos dois meses anteriores [MMAS]	10%	15%	20%	25%	30%

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – AMBIENTE

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	
61. Melhorar o planeamento e ordenamento territorial (par. 205)	66.1. Reduzido o nº de pessoas vivendo em assentamentos informais e áreas de risco [Balanço do PES sectorial]	75% da população vivendo em assentamentos informais e áreas de risco	% da população vivendo em assentamentos informais e áreas de risco	Elaboração e aprovação de planos distritais de uso de terra	MICOA / MPD	61.a. Nº cumulativo de planos estratégicos distritais de desenvolvimento (PEDD) com a componente espacial integrada (uso de terra) elaborados e aprovados [Balanço do PES Sectorial]	Processo iniciado (Sofala, Tete, Manica, Zambézia e Nampula)	Em elaboração 26	26	33	40	
62. Assegurar a transversalidade da gestão ambiental no país (par. 209)	62.1. Integração das questões ambientais nos sectores chave da economia e municípios [Balanço do PES sectorial]	Ambiente integrado em alguns sectores	Ambiente totalmente integrado em todos os sectores chave da economia e municípios	Elaboração de Planos de Requalificação dos assentamentos informais nas cidades de Maputo, Tete e Xai-Xai;	MICOA	61.b. Elaborada a estratégia de intervenção nos assentamentos informais [Balanço do PES Sectorial]	Elaborada	X				
						61.c. Número cumulativo de planos de requalificação urbana elaborados, aprovados e em implementação [Balanço do PES Sectorial]	Iniciado	1	2	3		
						62.a. Estratégia (EADS) aprovada [Balanço do PES Sectorial]	Elaborada	X				
				Estabelecimento de unidades ambientais nos sectores chave da economia e municípios	MICOA / Sectores / Municípios / Sociedade Civil	62.b. Nº de unidades ambientais criadas [Balanço do PES Sectorial]	5 (MINAG, MOPH, MIREM, ME, MITUR)		13			

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
63. Garantir que todos os cidadãos tenham a todo o momento, acesso físico e económico aos alimentos necessários, de modo a que tenham uma vida activa e saudável (par. 210)	63.1. Peso para altura para crianças menores de 5 anos (desnutrição aguda) [IAE/IDS]	4%	taxa estável entre 0-5%	Monitoria e avaliação da SAN crónica e aguda, recomendar sectores sobre acções prioritárias de SAN	SETSAN	63.a. SAN incluída em todos os planos de acção sectoriais e multissetoriais (PES, PEIDD) - plano de acção segurança alimentar e nutricional (PASAN) [SETSAN]			X	X	X
	63.2. % de população com qualidade de dieta aceitável [Dados do SETSAN]	7%	15%								
64. Estruturar uma intervenção multissetorial e interinstitucional abrangente (par. 218)	64.1. SETSAN eficiente e eficaz no cumprimento das funções [Balanço do Cumprimento do Plano Estratégico]	Falta de eficiência, sobretudo nas províncias	Eficiente e eficaz	Elaboração e aprovação de um quadro legal do SETSAN a nível nacional	SETSAN, Conselho de Ministros	64.a. Elaborado e aprovado [Boletim da Republica]	Quadro legal não elaborado		X		
				Lei e Regulamento para Direito Humano para uma Alimentação Adequada (DHAA) submetida pela aprovação da AR	SETSAN	64.b. Regulamento submetido [Regulamento de Lei DHAA]	Lei não elaborada		X		

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
65. Promover o desenvolvimento dos Recursos Humanos a todos os níveis nas áreas de Ciência e Tecnologia (par. 224)	65.1. Nº de moçambicanos em formação nos graus de mestre e doutorado nos domínios de ciência e tecnologia [Balanço do PES Sectorial]	660	1715	Concessão de Bolsas para mestrados e doutorados	MCT	65.a. Nº cumulativo de moçambicanos enviados para formação avançada em C&T [Balanço do PES Sectorial]	660	924	1187	1451	1715
	66. Promover a investigação e inovação de subsistência e o uso de C&T pelas comunidades pobres e desfavorecidas (par. 220)	66.1. Nº de comunidades capacitadas no uso de Tecnologias apropriadas para resolução de problemas locais. [Balanço do PES Sectorial]	8	32	Organização de expedições científicas às zonas rurais	MCT	66.a. Nº cumulativo de comunidades visitadas por ano [Balanço do PES Sectorial]	8	16	24	32
67. Promover o uso das TIC's para a redução da pobreza e crescimento económico (par. 227)	67.1. População (rural e urbana) com acesso e conhecimento básicos em Tecnologias de Informação e Comunicação [Balanço do PES Sectorial]	8.40%	22%	Expansão de rede de Governo Electrónico	MCT	67.a. Nº cumulativo de instituições do Estado ligado a rede de Governo Electrónico no nível central [Balanço do PES Sectorial]	25	50	70	100	100
					MCT	67.b. Nº cumulativo de instituições do Estado ligados a rede do Governo ao nível provincial [Balanço do PES Sectorial]	31	190	250	360	360

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
					MCT	67.c. Nº cumulativo de instituições do Estado para rede de Governo Electrónico ao nível municipal e distrital [Balanço do PES Sectorial]	0	2	50	150	384
				Expansão de rede de pontos de acesso a Internet	MCT	67.d. Nº cumulativo de distritos com pontos de acesso a Internet para as comunidades [Balanço do PES Sectorial]	14	22	32	47	65
				Implementação da estratégia de acesso Universal às TIC's	MCT	67.e. % cumulativa de utilizadores de rede móvel e fixa [Balanço do PES Sectorial]	8.20%	10.50%	13.10%	17.30%	21.50%

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – DESENVOLVIMENTO RURAL

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon- sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
68. Aumentar a competitividade e a acumulação da economia rural (par. 237)	68.1 Renda média rural per capita [Relatórios de monitoria da EDR-LAF]* a negociar com o INE	USD 263	USD 310	Coordenação do processo de implementação das Agências de Desenvolvimento Económico Local Expansão a todo o país da experiência do Programa de Apoio a Mercados Agrícolas (PAMA) Facilitação do registo das associações agro-pecuárias Promoção da Comunicação Rural	MPD - DNPDR MPD - DNPDR MPD - DNPDR	68.a. Nº cumulativo de Agências de Desenvolvimento Económico e financeiro Local em funcionamento [Relatórios monitoria DNPDR] 68.b. Nº cumulativo de províncias com um Programa de Apoio a Mercados Agrícolas [Relatórios monitoria DNPDR, PAMA] 68.c. Nº cumulativo de associações legalizadas em funcionamento sustentável [Relatórios monitoria DNPDR] 68.d. Nº cumulativo de rádios e televisões comunitárias em funcionamento [Relatórios monitoria DNPDR]	5	6	8	10	10
69. Criar um ambiente favorável para o exercício da actividade financeira rural (par. 235)	69.1. % da população rural com acesso ao crédito [Relatórios monitoria DNPDR]	5%	Por definir	Aprovação e implementação em todo o país da política e estratégia de finanças e micro finanças rurais Divulgação das políticas e coordenação das actividades das instituições financeiras e actualização do banco de dados sobre a carteira de clientes	MPD - DNPDR / FARE MPD - DNPDR / FARE	69.a. Nº cumulativo de instituições financeiras e micro financeiras rurais que adoptam a política e estratégia do sector aprovada com sucesso [Relatórios monitoria DNPDR, FARE] 69.b. Nº cumulativo de clientes de instituições micro financeiras [Relatórios monitoria DNPDR, FARE]	30	30	35	40	45
							95000	100000	125000	150000	175000

Nota: *Número de instituições financeiras rurais que adoptam a política e estratégia de finanças rurais.

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – CALAMIDADES

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
70. Reduzir o impacto negativo das calamidades (par. 244)	70.1. N.º de pessoas assistidas pela UNAPROC [Balanço do PES]	0	Por definir	Estabelecimento dum Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC)	INGC / MINT / MDN / MISAU / CVM	70.a. N.º de centros de treino e de busca e socorro criados [Balanço do PES] 70.b. N.º de membros da UNAPROC formados [Balanço do PES]	0	0	2	1	Por definir
							N/d	Por definir	Por definir	Por definir	Por definir

ASSUNTOS TRANSVERSAIS – DESMINAGEM

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
71. Assegurar maior liberdade de circulação humana e disponibilidade de terra para sua utilização (par. 251)	71.1. Aumento de áreas clarificadas ou desminadas [Dados do IND]	30 milhões de m2	50 milhões de m2	Redução da área suspeita	IND	71.a. Área cumulativa suspeito, milhões m2 [Dados do IND]	172	129	86	43	0
				Coordenação das actividades de desminagem e da destruição dos engenhos não explodidos localizados	IND	71.b. Área cumulativa clarificada, milhões de m² [Dados do IND]	10	20	30	40	50